

POLÍTICAS PÚBLICAS AUDIOVISUAIS E DO PATRIMÔNIO CINEMATOGRAFICO NA FRANÇA¹

Liciane MAMEDE²

RESUMO (Times New Roman 12, Negrito, alinhado à esquerda, maiúsculo)

O objetivo desta comunicação é abordar como se dá a trajetória mercantil do objeto fílmico e de que maneira seu processo de patrimonialização não necessariamente significa uma ruptura com seu “estado de mercadoria”. Pelo contrário, em países como a França (aqui tomado como estudo de caso), onde o mercado cinematográfico encontra-se relativamente bastante desenvolvido, patrimonializar um filme significa dar-lhe nova vida, inscrevê-lo em novas possibilidades mercadológicas.

Ao pensar o objeto fílmico sob o ponto de vista da mercadoria, os estudiosos da economia do cinema (seguindo uma divisão adotada de maneira canônica pelo próprio mercado) tendem a considerar que existem três momentos principais na trajetória de um filme: a produção, a distribuição e a exibição. Esses três estágios apontam para os três setores clássicos da economia cinematográfica, que envolvem atores interdependentes, mas, ao mesmo tempo, cujas relações não deixaram nunca de ser marcadas por uma constante disputa de interesses.

Se por um lado essa divisão é avalizada pelo próprio mercado, por outro, ela possui também o inconveniente de remeter à falsa ideia de que, após o momento de sua exibição em salas comerciais, um filme teria seu potencial mercadológico esgotado, chegando, assim, ao final de sua fase mercantil. Essa ideia é falsa pois, em tese, um filme é explorável enquanto mercadoria por pelo menos enquanto perdurarem seus direitos de autor ou, no limite, enquanto houver meios físicos para a exploração da obra. Ou seja, em existindo uma cópia dela projetável em condições de circular em algum estoque do mundo), em tese, ainda é possível rentabilizar em cima deste objeto – mesmo que, a esta altura, é possível ele não possua senão uma ínfima parte do que foi seu potencial mercantil de outrora.

Uma obra cinematográfica que não se encontra mais resguardada pelo direito de autor, via de regra, não é um produto com acentuada dimensão mercantil, uma vez que, sendo antigo, dificilmente conseguirá mobilizar grandes plateias ou circular fora de um circuito restrito de filmes ditos “patrimoniais”. Ele estará, muito provavelmente, mais próximo do objeto museal, sendo exibido apenas em cinematecas e museus do cinema. Mas essa não é necessariamente a condição daquilo que os franceses denominam “filme de patrimônio”. Na França, as obras cinematográficas consideradas “patrimoniais” e, por isso, elegíveis a determinados tipos de suporte financeiro, são aquelas que foram lançadas em salas de cinema antes de primeiro de janeiro de 2000. São, portanto, obras que poderão ainda por muito tempo ser exploradas dentro de um circuito alternativo de filmes de patrimônio (que inclui festivais, salas de cinema “art et essai” e salas de cinematecas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, A., **The Social life of things: commodities in cultural perspective**, Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

¹ GT 4 - Políticas culturais e economia política da cultura

² Doutoranda do Programa de pós-graduação em Multimeios - Unicamp, liciane.mamede@gmail.com

- BORDE, R. e BUACHE, F., **La crise des cinémathèques... et du monde**, Lausanne: L'âge d'homme, 1997.
- BORDE, R., **Les cinémathèques**, Lausanne: L'âge d'homme, 1983.
- CRETON, L., **Cinéma et marché**, Paris: Armand Colin/Masson, 1997.
- CUCHE, D., **A Noção de cultura nas ciências sociais**, 2^a. ed. Lisboa: Fim de século, 1999.
- HANDLER, R., Is Identity a useful cross-cultural concept?. In: Gillis, J. (ed.), **Commemorations: The Politics of national Identity**, Princeton NJ: Princeton University Press, 1994. p. 27-40.
- PETON, G., VEZYROGLOU, D., La politique française du cinéma au moment du rattachement du Centre national de la cinématographie au ministère des Affaires culturelles, 1957-1962. In: VEZYROGLOU, D. (dir.), **Le cinéma : une affaire d'État. 1945-1970**, Paris: La Documentation Française, 2014.
- PRATS, L., **Antropología y patrimonio**, Barcelona: Ariel, 1997
- SAUVAGET, D., L'argent de l'État et la filière cinématographique française. In: CRETON, L., **Le Cinéma et l'argent**. Paris: Nathan, 1999.
- SMITH, A. D., **National identity**, Londres: Penguin Books, 1991.
- TRAUTMANN, C., Diversité culturelle et Exception culturelle. In: **Lettre d'information: Ministère de la communication et culture**, n. 56, p. 8-10, Nov. 1999.
- TURGEON, L., La mémoire de la culture matérielle et la culture matérielle de la mémoire. In: DEBARY, O. e TURGEON, L. (Ed.), **Objets & Mémoires**, Paris: MSH éditions, 2007. p. 13-36.